

Proposta oficial beneficia maioria

A proposta do "efeito cascata" para o pagamento das dívidas externas dos Estados e municípios com o aval da União, apresentada terça-feira aos governadores pelo presidente José Sarney, beneficiará 19 Estados, que pagarão menos que pagaram em 1988, e trará uma carga maior apenas sobre cinco unidades da Federação: São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Paraná, justamente os mais endividados. E o que mostra a simulação divulgada ontem pelo Ministério do Planejamento, e utilizada nas negociações com os secretários de Fazenda dos Estados.

Entretanto, a Seplan esclarece que a proposta "cascata" reduz os encargos em relação às exigências originais da primeira proposta do Orçamento Geral da União, onde era fixada a obrigatoriedade do pagamento mínimo de 25 por cento da dívida vencida nos últimos cinco anos e mais 25 por cento da dívida a

vencer em 1989.

Com o efeito cascata, a parcela das dívidas até 300 milhões de dólares será rolada integralmente. A faixa entre 300 e 500 milhões de dólares terá 90 por cento do seu valor rolado. Entre 500 milhões a 1 bilhão de dólares, a rolagem será de 80 por cento, e acima deste valor prevalece a exigência anterior, de rolagem de apenas 75 por cento. Com isto, todos os devedores terão uma redução em seus débitos.

A Seplan afirma que, embora todos os Estados tenham um aumento de encargos em relação a 1988, com a cobrança de parte da dívida acumulada, no balanço final do ajuste fiscal apenas três deles sairão com perdas: São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Isto por que as mudanças que estão sendo implantadas na Receita Federal irá ampliar também recursos para os Estados e municípios. Entre os principais municípios, todos sairão ganhando, segundo a Seplan.

Segundo assessores do ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, o efeito Cascata provocará uma perda de receita à União de Cz\$ 250 bilhões a preços de junho, equivalente a 0,34 por cento do PIB, enquanto a proposta dos governadores, de pagarem apenas 10 por cento e somente sobre a dívida que vencesse em 89 traria prejuízo de Cz\$ 330 bilhões, ou 0,4 por cento do PIB.

De qualquer forma, eles consideram que está comprometida a meta de um superávit de 0,07 por cento, apresentada pelo Governo aos negociadores do pacto social.

Ontem à noite os secretários de Fazenda de alguns Estados estiveram reunidos com o ministro do Planejamento e levaram uma nova proposta para substituir o efeito cascata. Um acordo definitivo poderá ocorrer ainda hoje, quando serão analisadas as simulações feitas durante a manhã pelos computadores da Seplan.